

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

REGINA RUIZ CORREIA DOS SANTOS

**INCLUSÃO: POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE ATENDIMENTO
EDUCACIONAL PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2012

REGINA RUIZ CORREIA DOS SANTOS



**INCLUSÃO: POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE ATENDIMENTO
EDUCACIONAL PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – *Campus* Medianeira.

Orientadora: Prof^a Maria Fatima M. Nicodem

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

MEDIANEIRA

2012



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de
Ensino



TERMO DE APROVAÇÃO

Inclusão: políticas e estratégias de atendimento educacional para alunos com
deficiência intelectual

Por

Regina Ruiz Correia dos Santos

Esta monografia foi apresentada às 10h 50m do dia 01 de dezembro de 2012 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Medianeira. A aluna foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Professora Maria Fatima Menegazzo Nicodem
UTFPR – *Campus Medianeira*
Orientadora

Professora Ivone Terezinha Carleto de Lima
UTFPR – *Campus Medianeira*
Membro

Este trabalho de conclusão de curso é dedicado às pessoas que sempre estiveram ao meu lado, me acompanhando e me apoiando pelos caminhos da vida. Dedico ao meu esposo e filha, à minha mãe e irmãs e também, às amigas que de muitas formas me incentivaram e ajudaram para que fosse possível a concretização desta trajetória.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

À minha mãe e irmãs, pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

À minha família, esposo e filha, que sempre estiveram a minha frente não deixando eu desanimar nesta caminhada.

Às minhas amigas do Curso: Jucilene, Olívia, Ana Paula e Antonia, que sempre estiveram presentes nos momentos que precisei.

Agradeço aos pesquisadores e professores do curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, professores da UTFPR, Campus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Especial agradecimento à minha orientadora Professora Maria Fatima Menegazzo Nicodem, pela disponibilidade.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“As nuvens mudam sempre de posição, mas são sempre nuvens no céu. Assim devemos ser todo dia, mutantes, mas porém, leais com o que pensamos e sonhamos; lembre-se, tudo se desmancha no ar, menos os pensamentos.”

(Paulo Belekî)

RESUMO

SANTOS, Regina Ruiz Correia dos. **Inclusão: políticas e estratégias de atendimento educacional para alunos com deficiência intelectual.** Monografia de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino. Orientadora: Professora Maria Fatima Menegazzo Nicodem, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Medianeira-PR, 2012.

O presente trabalho teórico e de pesquisa trata do tema inclusão, suas políticas e estratégias de atendimento educacional para alunos com deficiência. Dentre os assuntos estudados, abordou-se o processo histórico dos tratamentos e atendimentos oferecidos aos deficientes, partido do extermínio e segregação, passando pela integração, chegando na atualidade, com o paradigma da inclusão. Durante a história, várias Leis foram postas e, portanto, muitas mudanças aconteceram no processo educacional, onde as pessoas deficientes obtiveram o direito de serem atendidas, preferencialmente, nas escolas regulares. Além disso, os deficientes, atualmente, são vistos como cidadãos com habilidades e individualidades, cabendo às escolas realizarem as adaptações necessárias para que ele avance em seu desenvolvimento e em sua aprendizagem. Neste sentido, é que nos deparamos com as dificuldades, visto que, para que isso ocorra e, a verdadeira inclusão educacional aconteça se faz necessário, ter respostas organizadas, não só dos professores que devem estar preparados, mas das diferentes instâncias, tanto políticas como administrativas, propondo ações educativas que venham de encontro às reais necessidades de cada um. Desta forma, com a análise criteriosa dos dados, percebe-se que a inclusão ainda é um processo que necessita de muito estudo e diálogo, principalmente, com os próprios deficientes, que consideram as escolas especiais, dependendo do grau de deficiência da pessoa, o melhor lugar para receberem formalmente sua educação. Assim, este estudo deixa claro que não importa a escola, se regular ou especial, o importante é que o atendimento educacional seja de qualidade e atenda as especificidades da pessoa com deficiência.

Palavras-chave: Inclusão. Políticas e estratégias. Atendimento educacional.

ABSTRACT

SANTOS, Regina Ruiz Correia dos. **Inclusion: policies and strategies for educational services for students with intellectual disabilities**. Monograph of Specialization in Education: Teaching Methods and Techniques. Advisor: Teacher Maria Fatima Menegazzo Nicodem, Federal Technological University of Paraná. Medianeira -PR, 2012.

This theoretical work and research deals with the theme inclusion policies and strategies of educational services for students with intellectual disabilities. Among the subjects studied, we dealt with the historical process of treatment and care offered to the disabled, the party of segregation and extermination, through integration, even today, with the inclusion paradigm. Throughout history, various laws were made and therefore, many changes occurred in the educational process, where people with disabilities had the right to be treated preferentially in mainstream schools. Furthermore, the disabled today are seen as citizens with skills and personalities, leaving it to schools carry out the necessary adjustments so that it advances in its development and in their learning. In this sense, we are faced with difficulties, since, for this to occur, and the real educational inclusion happen, it is necessary to have organized responses, not just the teachers who should be prepared, but the various authorities, both political as administrative, educational proposing that come from meeting the real needs of each. Thus, with careful analysis of the data, it is clear that inclusion is still a process that requires much study and dialogue, especially with disabled people themselves, who consider the special schools, depending on the degree of disability of the person, best place to receive his formal education. This study makes it clear that no matter the school, whether regular or special, the important thing is that the educational service is quality and meets the specifics of the disabled person.

Keywords: Inclusion. Policies and strategies. Educational services.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 INCLUSÃO.....	15
2.2 HISTÓRIA: DIFERENTES PARADIGMAS.....	16
2.3 POLÍTICAS INCLUSIVAS.....	17
2.3.1 Documentos Internacionais.....	17
2.3.2 Documentos Nacionais.....	19
2.4 CONHECENDO E COMPREENDENDO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA...	22
2.4.1 Deficiência Intelectual: Definição, Causas e Diagnóstico.....	22
2.4.1.1 Definição.....	22
2.4.1.2 Causas.....	24
2.4.1.3 Diagnóstico.....	25
2.5 A INCLUSÃO EDUCACIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	27
2.5.1 Um Processo em Construção.....	27
2.5.2 O Processo de aprendizagem de crianças deficientes intelectuais...	29
2.5.3 O Papel dos Professores.....	30
2.5.4 Adaptações Curriculares.....	31
2.5.4.1 Adaptações de Grande Porte.....	32
2.5.4.2 Adaptações de Pequeno Porte.....	33
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	35
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS	36
4.1 ANÁLISE DA BIBLIOGRAFIA E DOS DOCUMENTOS.....	36
4.2 OPINIÃO DOS PROFESSORES.....	37
4.2.1 Dados estatísticos.....	38
4.3 APRESENTAÇÃO DA ATUAL SITUAÇÃO.....	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Os apoios oferecidos aos alunos com deficiência em sua escola são suficientes?	38
GRÁFICO 2 - Os professores estão satisfeitos quanto ao aprendizado desses alunos?.....	39
GRÁFICO 3 - Os professores desses alunos estão satisfeitos com os apoios oferecidos para estes alunos?.....	39
GRÁFICO 4 - As escolas comuns estão estruturadas para receber alunos com deficiência	40
GRÁFICO 5 - Os apoios oferecidos aos alunos com deficiência intelectual são satisfatórios	40
GRÁFICO 6 - Os professores das escolas comuns se sentem satisfeitos com o aprendizado do aluno com deficiência intelectual	41
GRÁFICO 7 - Os alunos com deficiência intelectual estão tendo rendimento escolar que justifique sua aprovação.....	41
GRÁFICO 8 - Os alunos que estão acima do terceiro ano do ensino fundamental I estão alfabetizados	42
GRÁFICO 9 - O sistema educacional do município é inclusivo, conseguindo atender a todas as pessoas com deficiência intelectual não precisando ter escolas especiais	42
GRÁFICO 10 - O sistema educacional do município é inclusivo, porém necessita da escola especial para escolaridade de alunos que apresentam maiores limitações	43

1 INTRODUÇÃO

A inclusão educacional da pessoa com deficiência é um dos temas referentes à educação e a cidadania mais discutidos atualmente. O presente estudo pretende dar ênfase à deficiência intelectual que constitui em âmbito escolar, o maior grupo entre as deficiências atendidas nas escolas especiais e nas redes regulares de ensino. Por isso, procuro, com este trabalho, em um primeiro momento, investigar o longo caminho percorrido, resgatando os diferentes momentos da história, objetivando compreender os fatos que influenciaram o tratamento da pessoa com deficiência e as conquistas alcançadas.

A importância deste tema é grande e, diante disto, desde o ano 2003 existe dentro do Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Educação Especial, com o objetivo de regulamentar e por em prática programas desta área. Neste estudo, políticas e estratégias de atendimento educacional para alunos com deficiência intelectual serão expostos, com o objetivo de apontar os caminhos e perspectivas da educação especial. Sabe-se que muitas Leis estão postas, e que muitos estudos acontecem sobre Inclusão, mas, será que isso é o suficiente para que a verdadeira inclusão aconteça?

Neste sentido, este tema merece ser difundido ainda mais no meio educacional, para que todos conheçam as reais necessidades que ainda hoje existem para que a efetiva inclusão, não só educacional, mas também social se efetive. Para tanto, se faz necessário conhecer e compreender de forma conceitual a pessoa com deficiência, o que será visto neste trabalho, priorizando e salientando as potencialidades, as carências e os obstáculos enfrentados pelas mesmas, levando em consideração à dimensão cultural, sobretudo no que diz respeito às imagens preconceituosas, estereotipadas, assimiladas no decorrer do processo histórico.

Tendo em vista toda esta problemática e discussão, levanto outro aspecto de relevância, ou seja, como podemos definir a atual abordagem educacional inclusiva? O que é uma escola Inclusiva? O que pensam os professores? Falar sobre inclusão educacional é falar, sobretudo do interesse em

realizar, por meio de ações pedagógicas e políticas públicas, uma organização educacional que viabilize a inclusão social de todas as pessoas, pois é na escola que se forma o cidadão. E isso nos leva ao seguinte questionamento: inclusão é uma possibilidade ou apenas um sonho?

É evidente que a inclusão escolar cresce a cada ano e, junto, o desafio de garantir uma educação de qualidade para todos. A escola inclusiva deve ser um espaço onde os alunos convivem com a diferença, aceitam as mesmas e se tornam cidadãos solidários, as ações pedagógicas devem partir do princípio de pensar o aluno especial de maneira interdisciplinar, onde estratégias e metodologias são ressignificadas, propondo conteúdos que desenvolvam saberes.

Este trabalho se justifica por promover reflexão e discussão sobre o atual processo de inclusão educacional, o mesmo abordando políticas e estratégias de atendimento educacional para alunos com deficiência intelectual, pois o tema “inclusão” nunca esteve tão presente no dia a dia da educação. Além disso, é importante também, levantar discussões sobre os caminhos mais adequados à inclusão dos deficientes na educação e, em todos os segmentos da sociedade.

Esta questão da inclusão, ainda exige muitas reflexões e, principalmente, ações. É assunto que resulta em polêmicas, pois incluir, entre outras coisas, envolve rever práticas de gestão e propor transformações no modo de agir e pensar de toda uma sociedade.

As Leis estão postas e, faz-se necessário cada vez mais, que toda a sociedade, principalmente a comunidade escolar, tenha conhecimentos específicos sobre as mesmas. Percebe-se, que muitas vezes a legislação não é cumprida efetivamente, visto que, não basta matricular o deficiente no ensino regular, é preciso antes de tudo, incorporar a diversidade, sem distinção, percebendo e aceitando as diferenças, garantindo os mesmos direitos a “todos”, observando as diferenças específicas de cada um.

Assim, este trabalho tem sua relevância pelo fato de procurar, através de pesquisas elucidar como deve ser de fato o processo de ensino aprendizagem do aluno com deficiência intelectual e trazer as principais Leis sobre o assunto, visto que, o que se nota claramente, é a falta de conhecimento e atitudes, tanto em

âmbito local, como no global, fator que me impulsionou a desenvolver esta pesquisa.

Considero fundamental que todo professor esteja preparado para receber um aluno com deficiência e, isso não acontece da noite para o dia, portanto, acredito que quanto mais estudos que envolvam teorias e práticas sobre a inclusão estiverem disponíveis, mais oportunidade de capacitação terão os profissionais da educação.

Diante disto, é primordial que se aprofunde a discussão e se divulgue os estudos existentes sobre a educação inclusiva, visando práticas que favoreçam o desenvolvimento de relações de inclusão.

Espero com este estudo, contribuir no processo de inclusão das pessoas com deficiência, proporcionando fontes de conhecimento sobre o assunto e salientando a relevância deste processo.

Como objetivo geral, a presente monografia visou a pesquisar e compreender a Educação Especial desenvolvida no país, enfatizando o processo histórico da Inclusão, as Leis vigentes, observando a evolução dos atendimentos ofertados. Como objetivos específicos: investigar e entender como se deu o processo histórico da educação especial em nossa sociedade e como se encontra a mesma atualmente; discutir o termo “inclusão” e seu uso em documentos oficiais e pioneiros, tanto a nível nacional como internacional; compreender o conceito de deficiência, enfatizando “deficiência intelectual” e como sua existência influencia na aceitação e participação das pessoas na sociedade; entender a educação na perspectiva da inclusão e as estratégias que contribuem para sua efetivação; e, por final, pesquisar quais as principais dificuldades do professor na implantação do processo de inclusão educacional do aluno com deficiência intelectual.

Espero que com este trabalho, possa chegar a resultados onde os estudos viabilizem informações relevantes, pois acredito que as inquietações não são só minhas. Assim este estudo pretende descrever, analisar e avaliar como as leis e as práticas educacionais são dirigidas para os alunos com deficiência intelectual, e, neste contexto, será possível conhecer como o processo de inclusão vem se desenvolvendo no país, e ainda saber um pouco mais sobre o “rumo” dessa

política direcionada a pessoas com deficiência intelectual.

Com a conclusão deste trabalho, pretendo trazer à tona, reflexões, direcionamentos e/ou redirecionamentos positivos e eficazes sobre educação inclusiva, no entanto, coloco este estudo, não como final do processo, mas como ponto de partida para a tomada de consciência dos educadores, famílias e de toda a sociedade, quanto a importância e a responsabilidade de mudar o quadro de exclusão que ainda persiste.

A educação é o caminho que permite ao indivíduo com deficiência, sua inclusão no contexto ao qual faz parte, tornando-o uma pessoa atuante e crítica com efetiva participação no âmbito social, pretendo assim, com a realização deste trabalho, que a inclusão realmente evolua do discurso para a ação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 INCLUSÃO

Para falar de “Inclusão”, tema tão discutido atualmente nas propostas e políticas educacionais, se faz necessário entender melhor o seu significado. Vários pensadores estabelecem definições do tema sob diferentes perspectivas e enfoques teóricos:

“A inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam. A inclusão, portando, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retraçando.” (MANTOAN, 2003, p. 14).

"O ensino inclusivo é prática da inclusão de todos independentemente do talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas". (STAINBACK E STAINBACK 1999, p. 21).

A inclusão se constitui em “um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.” (SASSAKI, 2003, p. 41).

“A construção de uma sociedade inclusiva é um processo de fundamental importância para o desenvolvimento e a manutenção de um Estado democrático. Por isso que inclusão é a garantia, a todas as pessoas, do acesso contínuo a vida em sociedade, orientada por relações de acolhimento a diversidade humana”. (MACHADO; LABEGALINI, 2007, p. 62).

"A filosofia da inclusão defende uma educação eficaz para todos, sustentada em que as escolas, enquanto comunidades educativas devem satisfazer as necessidades de todos os alunos, sejam quais forem as suas características pessoais, psicológicas ou sociais (com independência de ter ou não deficiência)." (SANCHEZ, 2005, p. 18)

“O que se percebe é que, quando mal compreendido, o educar na diversidade,(...) acaba por segregar as salas de aula em dois conjuntos com elementos ditos semelhantes: o conjunto dos “normais” e o conjunto dos “anormais”, ficando estes, na maioria das vezes, excluídos dentro de um processo educacional que se quer inclusivo”. (CARVALHO, 2004, p. 23).

"A inclusão é um assunto que deve ser refletido e investigado com muita precisão, já que a sociedade pode estar criando uma nova modalidade: a de excluídos dentro da inclusão." (CARMO, 2000, p. 56)

Para melhor compreender estas definições é importante fazer um retrospecto na história direcionado para os paradigmas, eventos e documentos significativos sobre o tema inclusão.

2.2.HISTÓRIA: DIFERENTES PARADIGMAS

A história da humanidade revela que o tratamento aos deficientes passou por várias fases, compreendendo diferentes paradigmas:

O extermínio, que se explica como atitudes extremas de exclusão social, onde as pessoas com deficiência eram condenadas à morte, não sendo sua existência admitida. “Nestes a concepção de deficiência variou em função das noções teológicas de pecado e de expiação. A explicação reside na visão pessimista do homem, entendido como uma besta demoníaca, quando lhe vem a faltar à razão ou ajuda divina”. (PESSOTI, 1984, p.12).

A segregação, onde os indivíduos que apresentavam deficiência eram totalmente isolados e trancados, “protegidos” em instituições ou em suas casas; Vale destacar os estudos de Foucault (1987, p. 56) quando ressalta que “a prática do internamento designa uma nova reação à miséria, um outro relacionamento do homem frente àquilo que pode haver de inumano em sua existência”.

A fase da integração considera que as pessoas com deficiências poderiam ser tratadas e talvez, preparadas para ingressarem na sociedade. Segundo Mantoan (1997, p. 235) “A integração traz consigo a ideia de que a pessoa

com deficiência deve modificar-se segundo os padrões vigentes na sociedade, para que possa fazer parte dela de maneira produtiva e, conseqüentemente ser aceita”.

Nas últimas décadas, com a política de inclusão a pessoa com deficiência passou a ser vista como cidadão com direitos assegurados, sujeito capaz de produzir. Ainda de acordo com Mantoan (1997, p. 235), “a inclusão traz o conceito de que é preciso haver modificações na sociedade para que esta seja capaz de receber todos os segmentos que dela foram excluídos, em um processo de constante dinamismo político social”.

2.3. POLÍTICAS INCLUSIVAS

No decorrer do tempo, ou seja, do paradigma do extermínio ao paradigma da inclusão, vários fatos aconteceram que exigiram um reposicionamento no tratamento das pessoas com deficiências. Dentre estas mudanças é importante salientar os principais documentos legais, sejam eles de nível internacional ou nacional, que orientaram e nortearam a concepção inclusiva.

2.3.1 Documentos Internacionais

Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas é um documento que não representa obrigatoriedade legal, no entanto, é considerada como o principal marco internacional dos direitos das minorias, dentre elas, as pessoas com deficiência. Consta, em seu Artigo XXVI, que a educação é um direito de todos os seres humanos, devendo ser orientada “no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais”. Este importante documento serviu como base para dois tratados de força legal sobre direitos humanos da ONU, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Mesmo sendo proclamada a mais de 60 anos continua a ser

amplamente citada por advogados e acadêmicos.

Conferência Mundial sobre Educação para Todos: realizada em Jomtien, Tailândia, em março de 1990, atingiu o ponto culminante com a proclamação da Declaração de Jomtien. Nesta, os países se comprometeram a organizar políticas educativas almejando o acesso à educação para todos, assumindo assim, o compromisso de melhorar a qualidade educacional internacionalmente, admitindo que a mesma se apresentava com níveis insatisfatórios e, assim, se propõe a satisfazer as necessidades básicas de cada educando, inclusive dos portadores de deficiência, no entanto, os objetivos e metas colocados na Conferência não foram atingidos.

Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Realizada na Espanha, da origem a “Declaração de Salamanca”, foi considerada um marco histórico e muito significativo na jornada para a inclusão, teve como principal objetivo discutir as políticas e as práticas na área das necessidades educacionais especiais. Defende a ideia de que todos os alunos, sempre que possível, devem aprender juntos, independentemente de suas capacidades, colocando o conceito de inclusão como um desafio para a educação, estabelecendo que todos têm direito à educação, como observa-se no texto a baixo:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas. (SALAMANCA,1994).

Ao mesmo tempo a Declaração de Salamanca observava que a escolarização das crianças com necessidades especiais poderia ser oferecida nas Escolas Especiais, para os casos cujas necessidades educacionais especiais não podem ser satisfeitas no ensino regular.

Depois desta recomendação, originou-se o conceito de escola inclusiva, na qual o desafio é desenvolver uma educação centrada na criança, sendo capaz de oferecer com sucesso educação de qualidade para todas.

Salienta-se que, apesar do foco de discussão ser os alunos com necessidades educacionais especiais – “que, de fato, apresentam-se, em função de deficiência ou dificuldades de aprendizagem, como a parcela mais vulnerável a ser excluída das escolas regulares, a referida Declaração entende que todos os alunos são sujeitos da educação inclusiva” (RODRIGUES, 2008).

Convenção Interamericana: para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadores de Deficiência, realizada na Guatemala, em 1999, reafirmou que as pessoas com deficiência são detentoras dos mesmos direitos humanos que os demais, incluindo o direito de não ser discriminado em função de deficiência (BRASIL, 2001).

2.3.2 Documentos Nacionais

Constituição da República Federativa do Brasil (1988): tida como a Constituição Cidadã, reforçou os princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana já definidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A Carta Magna apresenta vários dispositivos de interesse da pessoa portadora de necessidades especiais, destacando-se:

Art. 24 - XIX- proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 203 – IV - a habilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração a vida comunitária ;

Art. 205 - educação direito de todos e um dever do Estado e da família, tendo como principais objetivos o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Art. 206 - I - assegura a igualdade de condições para o acesso e a permanência de todas as pessoas na escola'

Art. 208 – III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência , preferencialmente na rede regular de ensino ;

Art. 227 – II - criação de programas de prevenção, atendimento especializado e integração social para pessoas portadoras de deficiência, eliminando-se preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

A Lei nº 7.853: dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – (CORDE).

Art. 2º Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): Lei nº 8.069/90, reafirma o direito de todos à educação e aponta: “Art. 54 - III - Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, apresenta um capítulo próprio para a educação especial, fato relevante para a área, que historicamente pouco foi contemplada nas políticas públicas brasileiras. A Lei traz em seu Capítulo V, conceitos e abordagens sobre atendimento, currículos, professores, profissionalização, instituições privadas sem fins lucrativos que atuam no setor, e ainda apoio técnico e financeiro do poder público. É uma nova visão de Educação Especial ligada à educação escolar e ao ensino público:

Art. 58º. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.
§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional

do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59º. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60º. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

Assim, com a promulgação desta Lei, “de integração, entendida como uma inserção da pessoa com deficiência preparada para viver na sociedade passou-se a falar em inclusão, como a modificação da sociedade como pré-requisito para pessoa com necessidades especiais buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania” (SASSAKI, 1997b, p. 43).

Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica: instituída pela Resolução nº 02/2001 CNE/CEB, traz em seu texto um desafio para os sistemas de ensino, ou seja, os mesmos devem se organizar para incluir os

alunos e atender suas necessidades educacionais especiais, na educação básica que terá seu início na Educação Infantil, manifesta o compromisso nacional de viabilizar uma educação de qualidade para todos os educandos. As Diretrizes asseguram também os serviços de educação especial sempre que forem necessários. É importante destacar que a Resolução, em seu artigo 3º, entende por educação especial a modalidade de educação que visa apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns (BRASIL, 2001).

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008): é um documento elaborado por um Grupo de Trabalho nomeado para essa elaboração e entregue ao Ministro da Educação. O documento traz os Marcos Históricos, e o Diagnóstico da Educação Especial; destaca também o Objetivo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e os Alunos Atendidos pela Educação Especial, por fim aborda as Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Plano Nacional de Educação (2011-2020): traz como meta 4: “Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino”.

Acompanhamos de forma resumida a evolução da inclusão social e educacional, com fatos históricos e com alguns marcos legais. Muitos de nós, profissionais da educação, pudemos vivenciar na prática, parte desse processo. No entanto, sabe-se e deve-se ressaltar que a inclusão não é um fator ou um dispositivo que se aciona e tudo acontece, não basta só a promulgação de Leis, ao contrário, para que ela aconteça efetivamente requer uma revisão de conceitos e paradigmas com mudança de posturas frente a sociedade atual.

2.4. CONHECENDO E COMPREENDENDO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

2.4.1. Deficiência Intelectual: Definição, Causas e Diagnóstico

2.4.1.1. Definição

O tratamento dado às pessoas com deficiência passou por diferentes abordagens e concepções, sendo que a sua conceituação, ao longo da história, recebeu diferentes nomenclaturas de acordo com a época, convenções sociais e científicas, com olhares de diferentes áreas do conhecimento, como: a educação, a psicologia, a neurologia, a sociologia e a antropologia. Ao longo do tempo já foram utilizadas expressões, hoje consideradas pejorativas, tais como: anormal, retardado, aleijado, excepcional, especial, e várias outras.

No século XX deu-se início a uma definição para o Deficiente Mental e essa diz respeito ao funcionamento intelectual, que seria inferior à média estatística das pessoas e, destacando principalmente, a relação com a dificuldade adaptativa ao meio social.

Várias Organizações e Seguidores trazem diferentes definições:

A Organização das Nações Unidas aprovou a Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência, em 1975 e, traz em seu artigo I: (...) “O termo ‘pessoas com deficiência’ se refere a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual normal, em decorrência de uma deficiência congênita, ou não, em suas capacidades físicas ou mentais”.

[...] Dessa forma uma pessoa é considerada deficiente quando não corresponde a um padrão considerado normativo, e há um homem de referência para cada tempo (LANCILLOTTI, 2003, p. 51).

O sistema de Classificação Estatística Internacional de Doenças - (CID - 10), classifica os portadores de atraso no desenvolvimento e utiliza a expressão Retardo Mental, subdividindo este grupo em quatro categorias de gravidade (leve, moderada, grave e profunda) em função da sua capacidade intelectual com ou sem

outros comprometimentos do comportamento.

O Manual de Diagnóstica e Estatística das Perturbações Mentais (DSM-IV) a característica essencial do “Retardo Mental” é quando a pessoa tem um “funcionamento intelectual significativamente inferior à média, acompanhado de limitações significativas no funcionamento adaptativo em pelo menos duas das seguintes áreas de habilidades: comunicação, autocuidados, vida doméstica, habilidades sociais, relacionamento interpessoal, uso de recursos comunitários, autossuficiência, habilidades acadêmicas, trabalho, lazer, saúde e segurança”.

Algumas Leis Nacionais tratam do assunto definindo:

“Pessoa portadora de deficiência” é aquela que apresenta em caráter permanente perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano” (artigo 3º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999).

A Associação Americana de Deficiência Mental (AAMR) lidera a anos o campo de estudo sobre deficiência mental, definindo conceituações, classificações, modelos teóricos e orientações de intervenção em diferentes áreas. O atual modelo, o Sistema 2002, agrega sucessivas inovações e reflexões teóricas e empíricas em relação aos seus modelos anteriores. Apresenta a seguinte definição de retardo mental:

Deficiência caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, como expresso nas habilidades práticas, sociais e conceituais, originando-se antes dos dezoito anos de idade. (AAMR, 2002)

Conforme o processo de inclusão se torna conhecido mundialmente, as terminologias no campo da deficiência procuram incorporar conceituações mais condizentes com os discursos dos direitos humanos. Atualmente, no Brasil e no mundo usa-se o termo Deficiência Intelectual. A Organização Pan-Americana da Saúde e a Organização Mundial da Saúde, realizaram um evento (no qual o Brasil participou) em Montreal, Canadá, em outubro de 2004, evento esse que aprovou o

documento “Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual”, esta nova nomenclatura explica-se pelo fato de o termo Intelectual referir-se ao funcionamento específico do intelecto e não ao funcionamento mental como um todo.

2.4.1.2. Causas

Quanto à origem da deficiência intelectual é preciso salientar que a mesma pode ter sua origem por diversas causas, dentre elas destaco aqui os fatores:

Genéticos (síndromes que muitas vezes recebem o nome de seus identificadores Síndrome de Down, Síndrome de Rett:, etc)

Perinatais (ocorridos durante a gestação e o parto, podem ser de natureza tóxica (drogas teratogênicas), traumática, ou infecciosas causadas por vírus);

Pós-natais (traumatismos cranianos, doenças infecciosas como as meningites e as síndromes de abandono, maus tratos e desnutrição nos períodos iniciais do desenvolvimento).

2.4.1.3. Diagnóstico

O diagnóstico que determina se uma pessoa tem deficiência intelectual é um processo que deve ser realizado por uma equipe multiprofissional, com no mínimo, psicólogos, médicos e assistentes sociais, e, além de tudo, deve compreender não só os fatores genéticos, mas também os ambientais e os sociais. Assim, a criança é avaliada de maneira global, ou seja, o médico realiza exames biológicos e investiga toda a história familiar clínica; testes e observações diretas são realizados pelo psicólogo e, o assistente social procura conhecer o meio social e familiar em que o avaliado vive, portanto, faz-se necessário um bom trabalho em equipe, reunindo posicionamentos de diferentes área, averiguando dados

apresentados pela família (ex: se a criança apresentou atraso no desenvolvimento neuropsicomotor - demora para sentar, andar, falar, etc) e também por educadores, que neste caso tem papel fundamental (ex: se a criança apresenta dificuldade de concentração, de compreensão e dificuldade no aprendizado).

De acordo com o Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais (DSM-IV) as características essenciais do retardo mental são:

Funcionamento intelectual significativamente inferior à média;

Acompanhado de limitações significativas no funcionamento adaptativo em pelo menos duas das seguintes áreas de habilidades: comunicação, autocuidados, vida doméstica, habilidades sociais/interpessoais, uso de recursos comunitários, autossuficiência, habilidades acadêmicas, trabalho, lazer, saúde e segurança;

O início deve ocorrer antes dos 18 anos (DSM-IV, 1994, p. 39).

Assim, com o diagnóstico de deficiência intelectual comprovado, é necessário uma minuciosa discussão com profissionais das diferentes áreas, a fim de definir as melhores condutas e encaminhamentos, procurando desenvolver todas as potencialidades da pessoa deficiente intelectual, propondo orientações aos familiares e também aos professores.

É importante que as pessoas com deficiência vivam com a maior independência e liberdade possível. Neste sentido Sasaki expõe:

... Ter oportunidades para tomar decisões que afetam a própria vida, realizar atividades de própria escolha. Vida independente tem a ver com a auto-determinação. É com direito e a oportunidade para seguir um determinado caminho. E significa ter a liberdade de falhar e aprender das próprias falhas, tal qual pessoas não deficientes. (SASSAKI,1997, p. 32)

Esse é o primeiro passo para que a inclusão social realmente se efetive: ter vida na sociedade de forma independente, com direitos respeitados, exercendo assim, a cidadania.

Ainda segundo Sasaki:

[...] a inclusão social consiste no processo pelo qual a

sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. SASSAKI,1997, p. 41)

Neste sentido é importante então procurarmos o meio mais eficaz para que as pessoas com deficiência não sejam excluídas, nem no meio educacional, nem no meio social.

Mantoan (1997, p. 47) diz: "Considerando que a diferença é inerente ao ser humano, e reconhecendo a diversidade como algo natural, cada ser pode usar de seus direitos coletivos na sociedade, um novo conceito surge, (...) para definir uma sociedade que considera todos os seus membros como cidadãos legítimos"

Diante destas constatações é importante sabermos que deficiência intelectual não tem cura, as dificuldades e limitações não desaparecerão, mas, isso não impede a inclusão social, e esta, poderá garantir e viabilizar a melhoria na qualidade de vida destas pessoas.

2.5. A INCLUSÃO EDUCACIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

2.5.1. Um Processo em Construção

Um dos passos para a verdadeira inclusão social é a escolarização das crianças com deficiência intelectual, e sabemos que estas apresentam condições de aprendizagem, no entanto, em um ritmo considerado não compatível com sua idade cronológica. Esta defasagem na aprendizagem ocorre em todas as áreas, ou seja, acadêmica, social e funcional, porém, todos os especialistas concordam que este fato não quer dizer que a criança deficiente não aprende, mas sim que seu ritmo é mais lento e que tem necessidades especiais e precisa de apoios e recursos diferenciados.

O direito à igualdade de oportunidades educacionais é o resultado de uma luta histórica dos “militantes” dos direitos humanos, luta que implica a obrigatoriedade de o Estado garantir gratuitamente unidades de ensino para todas as crianças, que sejam ou não deficientes. (FONSECA, 1995, p.10)

Espera-se então, que a educação na perspectiva da inclusão realize mudanças significativas, para que as crianças com deficiência ou não, possam usufruir de um ensino com qualidade.

É através da escola que a sociedade adquire, fundamenta e modifica conceitos de participação, colaboração e adaptação. Embora outras instituições como família ou igreja tenha papel muito importante, é da escola a maior parcela (MANTOAN, 1997, p. 13)

Na escola inclusiva, o processo educativo é visto como um processo social, sendo a mesma uma instituição mediadora da integração da criança que tem necessidades especiais, devido à deficiência, na comunidade, assim, se faz necessário, que todas as ações pedagógicas sejam de acordo com as necessidades de cada criança.

Neste contexto, para que uma escola seja realmente inclusiva, não basta ter alunos com necessidades especiais matriculados, é necessário que este aluno tenha suas necessidades observadas e atendidas. Nas palavras de Carvalho, (2004, p. 77):

A Letra das leis, os textos teóricos e os discursos que proferimos asseguram os direitos, mas o que os garante são as efetivas ações, na medida em que se concretizam os dispositivos legais e todas as deliberações contidas nos textos de políticas públicas. Para tanto, mais que prever há que prover recursos de toda a ordem, permitindo que os direitos humanos sejam respeitados, de fato. Inúmeras são as providências políticas administrativas e financeiras a serem tomadas, para que as escolas, sem discriminações de qualquer natureza, acolham a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras...

Nesta interpretação de Carvalho, a Inclusão desses alunos é um movimento complexo, que tem sido muito polemizado devido ao fato de existirem várias opiniões divergentes, visto que, diferentemente do que ocorria no paradigma da Integração, quando a pessoa com deficiência tinha que estar preparada para ingressar na escola, agora chega com este novo modelo, Inclusão, a escola é que deve se adaptar para oferecer um atendimento que atenda as especificidades deste aluno, tendo a capacidade de lidar com a diversidade e com as diferenças. Encontra-se aí o grande desafio, a escola para ser realmente inclusiva deve construir um novo conceito no processo de ensino aprendizagem, incluindo efetivamente, todos que dele precisam.

Com este propósito, busca-se que o processo de inclusão educacional seja efetivo, assegurando o direito à igualdade com equidade de oportunidades. Isso não significa um modo igual de educar a todos, mas uma forma de garantir os apoios e serviços especializados para que cada um aprenda, resguardando-se suas singularidades. (SEED/PR, 2005)

2.5.2 O processo de aprendizagem de crianças deficientes intelectuais

As diferenças de pessoa para pessoa em nossa sociedade são inegáveis. No entanto a escola, apesar de ser um ambiente visto como sociocultural onde as diversidades coexistem, nem sempre reconheceu ou considerou sua complexidade, principalmente nas ações pedagógicas, todos os alunos, ainda hoje, são praticamente nivelados, tendo um ensino baseado na homogeneização.

A maioria das escolas, no entanto, no cotidiano desconsidera a existência da diversidade, deixando sobrepor uma cultura de exclusão, perpassando até mesmo as instituições que se autodenominam democráticas, pois não é fácil construir uma escola inclusiva em uma sociedade altamente excludente, ao mesmo tempo que nos defrontamos com o constante desafio de construir uma escola que acolha e trave realmente um compromisso com a qualidade de ensino para todos os alunos (MENDES, 2002, p. 75-76).

Assim, entende-se que para atender as necessidades especiais de todos

os alunos se faz necessário uma grande modificação nas escolas deixando de pensar que o problema está no aluno e voltando-se para a concepção que coloca para os sistemas de ensino e para as escolas o desafio de propor condições para atender com qualidade a diversidade, uma vez que esse direito à educação é um direito constitucional. No entanto, a realidade desse processo inclusivo ainda não se encontra como propõe a legislação, percebe-se que a prática é bem diferente das teorias o que sugere ainda muitas discussões relativas ao tema, pois a verdadeira inclusão não se consolidou, não oferece e nem garante as condições necessárias para atender e ser considerada verdadeiramente inclusiva.

A Resolução n.2/2001 que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica propôs um avanço direcionado a inclusão com vistas ao atendimento à diversidade, com a seguinte Recomendação: Art. 2º, Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos.

Sabe-se que as escolas têm o conhecimento das leis que garantem a inclusão, como também conhecem a obrigatoriedade da garantia de vaga para os alunos com necessidades educacionais especiais, porém apontam algumas dificuldades para consumir a inclusão, alegando que não basta a promulgação de leis, não são suficientes a criação de cursos de capacitação básica de professores, nem a obrigatoriedade de matrícula nas escolas da rede pública. Estas são, sem dúvida, medidas essenciais, porém não suficientes. É preciso que haja a sustentação necessária, uma mudança de postura com implementação de estratégias que venham a viabilizar e desenvolver a autonomia das crianças com necessidades especiais sejam deficientes ou não.

Para que a educação seja inclusiva o processo de ensino aprendizagem deve passar por inovações no que diz respeito à escola, ao sistema educacional, ao aluno especial, à família, ao professor e a toda comunidade que fazem parte deste processo, ou seja, todos tem sua contribuição à dar, é uma grande caminhada, uma construção coletiva.

2.5.3 O Papel dos Professores

Nessa abordagem da inclusão buscamos entender qual o papel do professor e o que está ao seu alcance para que se viabilize uma educação efetivamente inclusiva.

Na concepção histórico-crítica, Saviani (2001), aponta que o professor tem fundamental importância nesse processo de inclusão, uma vez que ele é o elo entre o aluno e o processo de aprendizagem. No entanto, a dura realidade da prática do professor em sala de aula está evidente com condições de trabalho não satisfatórias: formação profissional limitada que não prepara devidamente o professor para trabalhar com alunos com deficiência; salas numerosas, onde o professor não tem condição de oferecer atendimento individualizado; infraestrutura inadequada.

Nesse sentido, o professor deve “educar todos os alunos em sala de aula (...) dar oportunidades educacionais adequadas, que são desafiadoras, porém ajustadas às suas habilidades e necessidades; recebem todo o apoio e ajuda de que eles ou seus professores possam, da mesma forma, necessitar para alcançar sucesso nas principais atividades”. (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 11-12)

Analisando as Diretrizes para Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº2, de 2001, vê-se a necessidade que os professores tenham atribuições:

Parágrafo 1º. Artigo 18 (...) São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para:

- I - perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;
- II - flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades

especiais de aprendizagem;

III - avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento às necessidades educacionais especiais.

IV - atuar em equipe, inclusive com os professores especialistas em educação especial.

Neste contexto, percebemos que a Escola e os professores têm papel fundamental na Educação Inclusiva, no entanto, se faz necessário, averiguar e comparar a legislação vigente e a realidade educacional, interpretar os diferentes momentos da história, conhecer diferentes teorias e opiniões, verificar como a inclusão escolar vem sendo desenvolvida no país. Entender a posição das escolas, quais as competências dos profissionais da educação, que estratégias e projetos podem ser elaborados e que possibilidades e recursos devem ser priorizados para a efetivação da verdadeira inclusão, enfim, é importante pesquisar quais aspectos positivos e negativos perpassam o espaço escolar em relação à inclusão.

2.5.4. Adaptações Curriculares

O professor deve estar sempre atento para perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos, sejam elas nas áreas cognitiva, motora ou de comunicação, identificando assim, a necessidades das adaptações curriculares.

As pesquisas realizadas e a prática pedagógica mostra a importância das Adaptações Curriculares, sejam elas de “Grande Porte”, que são encargos dos administradores ou gestores, ou de “Pequeno Porte”, que são de responsabilidade dos professores, pois, ambas visam garantir o acesso à escola e a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, assegurando também um espaço onde priorize a igualdade e a efetiva participação de “todos”.

As adaptações curriculares permitem o atendimento aos alunos com deficiência intelectual, em relação ao processo ensino aprendizagem. Essas adaptações envolvem modificações por vezes significativas, ou seja, á nível organizacional, de tempo, de objetivos e conteúdos, bem como a organização didática pedagógica e nas metodologias e estratégias avaliativas.

2.5.4.1. Adaptações de Grande Porte

As “Adaptações de Grande Porte” são aquelas que vão além das ações dos professores, são adaptações significativas que envolvem as atribuições de órgãos superiores, das instâncias políticas e da administração educacional, pois tratam de modificações de natureza política, financeira e burocrática.

Na educação inclusiva, as “Adaptações de Grande Porte” são de suma importância, visto que, os alunos com necessidades educacionais especiais, muitas vezes, necessitam de programas, projetos e ações que garantam a oferta de atendimento educacional de qualidade, embasado no princípio de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

As Adaptações de Grande Porte, portanto, podem ser consideradas respostas educativas que devem ser dadas pelo Sistema Educacional, visando favorecer a igualdade de condições, respeitando assim as especificidades de “todos” os alunos, principalmente, dos que apresentam necessidades educacionais especiais, que demandam atenção individualizada e diferenciada.

Estas respostas educativas, oriundas das Adaptações de Grande Porte, devem ser prioritariamente um meio facilitador de acesso ao currículo, o que viabiliza a participação integral e efetiva no processo de ensino e aprendizagem. Pois, os alunos com necessidades especiais, tem o direito de serem atendidos em suas necessidades, com ações e adaptações que promovam a inclusão, o melhor aproveitamento e o enriquecimento da escolaridade do aluno.

Segundo o MEC (Adaptações Curriculares de Grande Porte, 2000, p. 14), as “Adaptações de Acesso ao Currículo” são de responsabilidade da instância político-administrativa e, dentre elas, apresentam-se:

A criação de condições físicas, ambientais e materiais para o aluno, em sua unidade escolar;

A adaptação do ambiente físico escolar;

A aquisição do mobiliário específico necessário;

A aquisição dos equipamentos e recursos materiais específicos;
A adaptação de materiais de uso comum em sala de aula;
Capacitação continuada dos professores e demais profissionais da educação.

2.5.4.2. Adaptações de Pequeno Porte

As “Adaptações de Pequeno Porte”, também chamadas de Adaptações não Significativas, são as de responsabilidades dos professores e estão diretamente vinculadas ao fazer pedagógico, ou seja, às ações docentes propriamente ditas, que são relacionadas ao ato de ensinar. É o ato em que o professor flexibiliza o currículo, fazendo modificações que possibilitem e favoreçam a efetiva participação dos alunos com deficiências ou outras necessidades especiais.

Por serem, estas modificações de total responsabilidade do professor é que são denominadas de pequeno porte, pois, estas podem acontecer em ações exclusivas dos docentes e podem ser implementadas de diferentes maneiras e em diferentes momentos (na promoção do acesso ao currículo, nos objetivos de ensino, no conteúdo ensinado, no método de ensino, no processo de avaliação, na temporalidade) sem que estes dependam de autorização de outras instâncias superiores, sejam administrativas e/ou políticas.

Segundo o MEC (Adaptações Curriculares de Pequeno Porte, 2000, p. 10) existe ajustes que cabem ao professor realizar:

Criar condições físicas, ambientais e materiais para a participação do aluno com necessidades especiais na sala de aula;

Favorecer os melhores níveis de comunicação e de interação do aluno com as pessoas com os quais convive na comunidade escolar;

Favorecer a participação do aluno nas atividades escolares;

Atuar para a aquisição dos equipamentos e recursos materiais específicos necessários;

Adaptar materiais de uso comum em sala de aula;

Adotar sistemas alternativos de comunicação, para os alunos impedidos de comunicação oral, tanto no processo de ensino e aprendizagem como no processo de avaliação;

Favorecer a eliminação de sentimentos de inferioridade, de menos valia, ou de fracasso.

Tendo em mãos estas importantes informações e conhecimentos, é possível perceber que as adaptações necessárias para que os alunos com deficiência intelectual tenham igualdade de condições, mesmo que de formas diferenciadas, a todos os métodos de ensino disponíveis, não depende apenas das instancias políticas ou administrativas, nem tão pouco, apenas dos professores diretamente ligados aos alunos, mas, depende dos esforços de todos os envolvidos no processo educacional deste alunos e, assim, cada um fazendo a sua parte será possível que a inclusão se efetive.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e documental, visando a um aprofundamento nos conhecimentos sobre o atual processo de inclusão educacional da pessoa com deficiência intelectual. A pesquisa bibliográfica possibilitou um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização e a articulação de dados coletados em diferentes publicações, possibilitando análise e discussão sobre as contribuições teórico-metodológicas de alguns autores que analisam a educação inclusiva.

A pesquisa também possibilitou reflexões sobre o assunto partindo da interpretação de marcos históricos e legislativos, internacionais e nacionais, que contribuíram significativamente para a evolução das políticas e estratégias de atendimento educacional dos alunos com deficiência intelectual.

Sobre a coleta e a análise dos dados, primeiramente foi realizado um levantamento da bibliografia e dos documentos que apresentam relação com o tema da pesquisa e, a partir do exame da literatura científica considerada relevante à realização da pesquisa, foi estabelecido um plano de leitura, fichamentos e anotações sistemáticas, que, por sua vez, serviram de base para a fundamentação teórica do estudo.

Destaco que trabalhar com este tipo de pesquisa significa realizar um movimento incansável de apreensão de conteúdos, de leitura, de questionamentos, de discussão e de análise crítica com o material bibliográfico e documental, o que implica em um conjunto ordenado de ações na busca de conhecimento e de soluções, nunca perdendo o foco do objetivo do estudo.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

A apresentação dos dados desta pesquisa parte da leitura sistematizada de livros, artigos e documentos relacionados com o tema de estudo proposto “Inclusão: Políticas e Estratégias de Atendimento Educacional para Alunos com Deficiência Intelectual”, bem como a análise dos mesmos estão apresentados aqui de maneira a permitir a compreensão de alguns aspectos primordiais no processo da inclusão de alunos com deficiência intelectual: conceitos, história, políticas, processo de ensino aprendizagem e adaptações necessárias para a inclusão.

4.1 ANÁLISE DA BIBLIOGRAFIA E DOS DOCUMENTOS

No decorrer deste trabalho muitas bibliografias e documentos foram estudados e analisados, o que me fez compreender que existem muitas opiniões a respeito da inclusão educacional das pessoas com deficiência intelectual, e essas opiniões ora são convergentes, ora divergentes, e isso, nos mostra que esse processo não está totalmente definido.

Existem diferentes abordagens para a Inclusão, ou seja, existem as que defendem a inclusão total, todos os alunos na escola regular, independente do grau de deficiência, a escola deve estar preparada para dar a todos os atendimentos educacionais que eles necessitarem para avançarem em seus conhecimentos.

Outro ponto de vista, ao qual eu concordo e penso ser o mais sensato, vem de acordo com a proposta do Estado do Paraná, que defende a Inclusão responsável, que nada mais é, do que oferecer aos alunos com necessidades especiais educação de qualidade e que corresponda às suas reais necessidades, seja no Ensino Comum, com todos os apoios que a pessoa com deficiência necessitar, seja nas atuais “Escolas de Educação Básica, na Modalidade de Educação Especial”, que oferecem atendimentos especializados aos alunos com graves comprometimentos, múltiplas deficiências ou condições de comunicação ou sinalização diferenciadas quando o grau desse comprometimento não lhes possibilite ter acesso ao currículo desenvolvido no ensino comum, pelo fato de

requererem também atendimentos complementares/terapêuticos dos serviços especializados da área da saúde quando se fizerem necessários. (SEED/DEEIN)

O departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional (DEEIN/SEED) ainda complementa que podem ser atendidos nestas escolas:

os alunos que apresentam necessidades educacionais e requeiram atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social, recursos ajudas e apoios intensos e contínuos, bem como adaptações curriculares tão significativas que a escola comum não consiga prover, atendimento esse complementado, sempre que necessário e de maneira articulada por serviços das áreas de Saúde, Trabalho e Assistência Social.

Os estudos mostraram também, que existem, mais raramente, as correntes que defendem a Educação Especial específica para alunos com necessidades especiais, com métodos, técnicas e estrutura diferenciada e separada dos alunos considerados “normais”.

4.2. OPINIÃO DE PROFESSORES

Nesta pesquisa, foi possível averiguar como os professores do Estado do Paraná estão vendo a inclusão em sala de aula, pois ao analisar a “Revista Informativa” da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) do Paraná, documento distribuído em todos os municípios do estado, foi encontrado o resultado do “I Seminário de Avaliação do Processo de Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla da Educação Básica”, realizado em 2011, com a finalidade de mapear, através de pesquisa e debates, pontos importantes sobre a Inclusão Educacional no Estado. Segundo o informativo, participaram do evento 282 municípios paranaenses.

A Federação Nacional das APAEs (Fenapaes) foi a responsável pela promoção do evento e a Federação das APAEs do Estado do Paraná (Feapaes/PR) em parceria com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), com os

Núcleos Regionais de Educação (NREs) e Secretarias Municipais de Educação realizaram o Seminário, onde participaram, professores, alunos, pais e comunidade em geral.

No seminário aconteceram palestras, discussões em grupo e respostas a um questionário, que procurou investigar temas importantes relacionados á inclusão, como: aprendizagem, estrutura, satisfação e socialização.

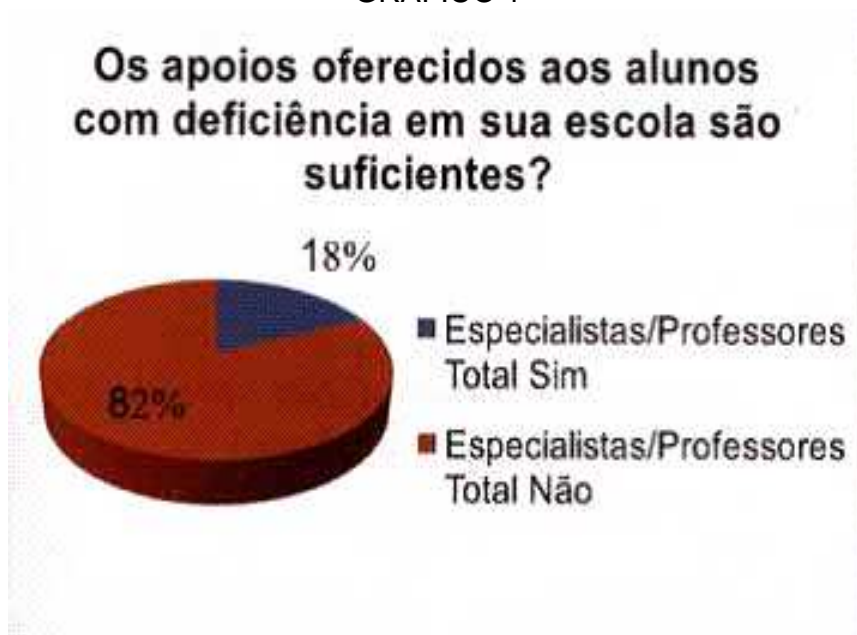
O resultado deste seminário foi divulgado na revista informativa das APAES do Paraná e distribuído em todos os municípios do estado.

4.2.1 Dados estatísticos

Os dados estatísticos aqui expostos foram elaborados pela Federação Estadual das APAEs, através dos dados coletados no “I Seminário de Avaliação do Processo de Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla da Educação Básica”.

Como uma das propostas desta pesquisa foi entender como os professores encaram a inclusão, será exposto aqui os dados estatísticos referentes ás respostas dos professores ao questionário proposto através dos gráficos que apresentam os resultados dos dados levantados:

GRÁFICO 1



FONTE: APAE/PR. Revista Informativo da Federação das APAEs do Paraná, Edição especial, out. 2011.

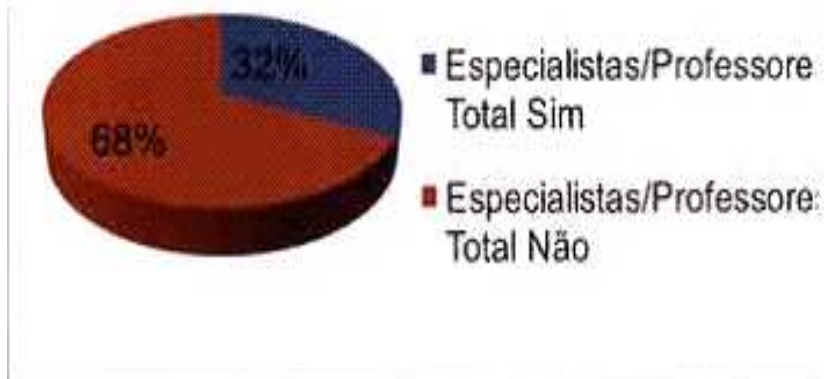
GRÁFICO 2



FONTE: APAE/PR. Revista Informativo da Federação das APAEs do Paraná, Edição especial, out. 2011.

GRÁFICO 3

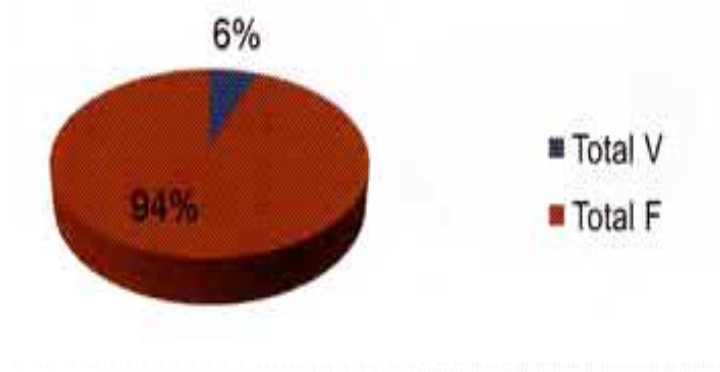
Os professores desses alunos estão satisfeitos com os apoios oferecidos para estes alunos?



FONTE: APAE/PR. Revista Informativo da Federação das APAEs do Paraná, Edição especial, out. 2011.

GRÁFICO 4

As escolas comuns estão estruturadas para receber alunos com deficiência



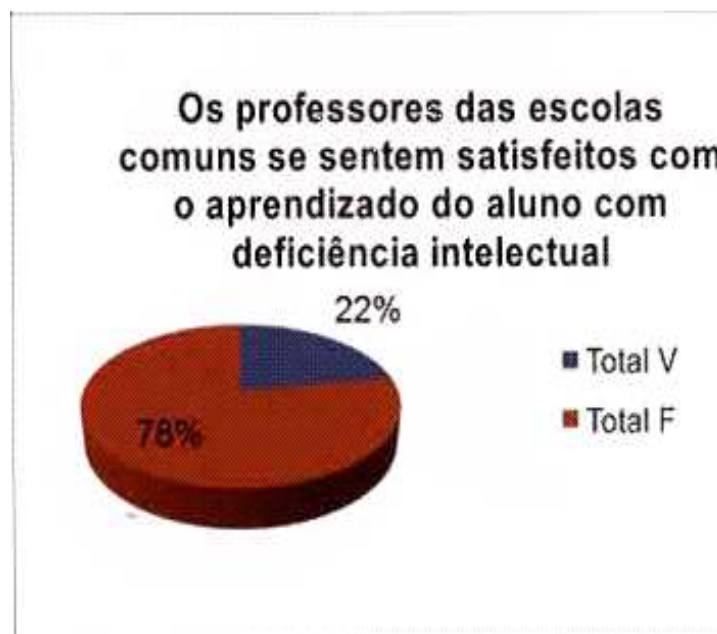
FONTE: APAE/PR. Revista Informativo da Federação das APAEs do Paraná, Edição especial, out. 2011.

GRÁFICO 5



FONTE: APAE/PR. **Revista Informativo da Federação das APAEs do Paraná**, Edição especial, out. 2011.

GRÁFICO 6



FONTE: APAE/PR. **Revista Informativo da Federação das APAEs do Paraná**, Edição especial, out. 2011.

GRÁFICO 7



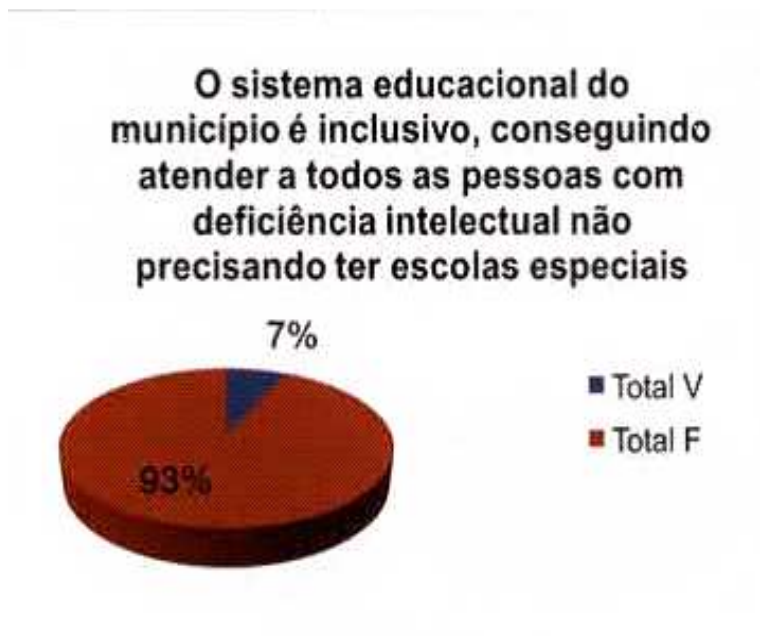
FONTE: APAE/PR. **Revista Informativo da Federação das APAEs do Paraná**, Edição especial, out. 2011.

GRÁFICO 8



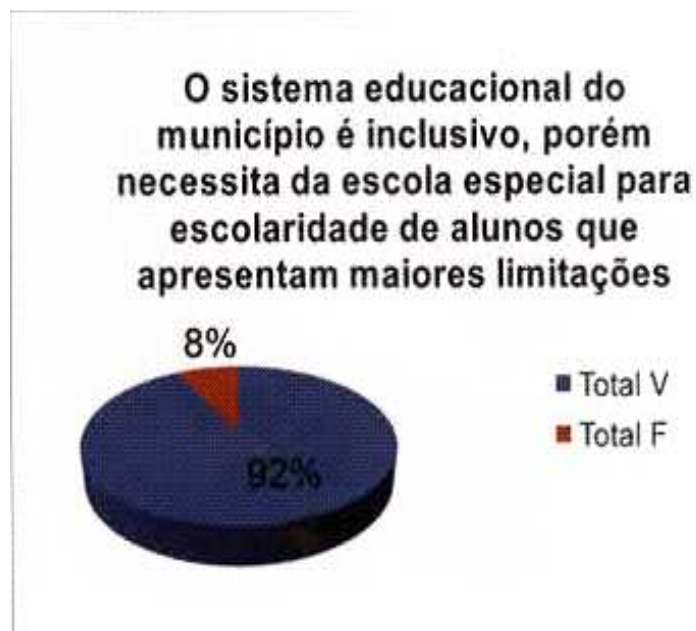
FONTE: APAE/PR. **Revista Informativo da Federação das APAEs do Paraná**, Edição especial, out. 2011.

GRÁFICO 9



FONTE: APAE/PR. **Revista Informativo da Federação das APAEs do Paraná**, Edição especial, out. 2011.

GRÁFICO 10



FONTE: APAE/PR. **Revista Informativo da Federação das APAEs do Paraná**, Edição especial, out. 2011.

Outros gráficos, com as respostas dos outros participantes do seminário podem ser vistos na revista da APAE ou no site da FENAPAEs.

4.3. APRESENTAÇÃO DA ATUAL SITUAÇÃO

Após conhecer todas estas situações percebe-se que para que a inclusão educacional e também social aconteça, não basta a implantação de Leis, decretos, resoluções e outras normas legais, se faz necessário a união de todos e a efetivação de ações que viabilizem o que realmente é o melhor para as pessoas com deficiência. Antes de tudo, de colocar imposições de inclusão, se faz necessário abrir pontes de diálogo, também com as próprias pessoas com deficiência e suas famílias, averiguando o que eles querem para si, ou seja, estas pessoas precisam ser ouvidas e respeitadas em suas vontades e anseios.

Há poucos meses atrás, aconteceu em Curitiba (Capital do Estado do Paraná) um encontro de Auto defensores, que são pessoas com deficiência que representam seus pares e fazem parte do alunado das escolas mantidas pelas APAES e o tema deste encontro foi muito significativo: "Nada sobre nós, sem nós", expressando assim claramente a posição destas pessoas: "Nenhum resultado a respeito das pessoas com deficiência haverá de ser gerado sem a plena participação das próprias pessoas com deficiência".

Percebe-se que o processo de inclusão tem um longo caminho a percorrer, não devemos parar por aqui, deve-se entender que para que a inclusão realmente se efetive não basta colocar leis, políticas públicas, programas, serviços, projetos, campanhas, financiamentos, é claro que tudo isso é importante, mas não é o suficiente, é preciso ouvir a pessoa com deficiência, preparar e também ouvir os professores, fazer as adaptações necessárias, seja de grande ou pequeno porte, enfim, a inclusão não acontece apenas por estar no papel, de forma teórica, ela acontece se a pessoa deficiente estiver feliz e realizada onde quer que esteja.

Antes de apenas "colocar" o aluno deficiente na escola regular, sem nenhuma condição de bom atendimento em suas necessidades, é necessário

investir em ações efetivas de inclusão que viabilizem condições de acesso, pois, oferecer educação não é só realizar a matrícula, é propor ações educativas que venham de encontro aos anseios e necessidades de todos, com propostas educativas que realmente contemplem a diversidade, dentre elas: organização da gestão escolar, recursos humanos capacitados, especialistas em número suficiente, apoios suficientes, metodologia de ensino e didática própria, equipe multiprofissional, aperfeiçoamentos específicos nas terminologias e necessidades especiais, aprimoramento dos recursos pedagógicos e físicos, acessibilidade, adaptações na infraestrutura e móveis, investimento na capacitação dos educadores, quebra de barreiras físicas e metodológicas.

Com a análise dos dados levantados, percebe-se que o processo de inclusão continua em trâmite e exige transformações ou adaptações, pequenas e grandes, tanto na infraestrutura das escolas como nas atitudes e na maneira de pensar das pessoas, objetivando, um Sistema Educacional que saiba viver com a diversidade e que priorize educacionalmente o que é melhor para a pessoa com deficiência, por meio da compreensão e da cooperação, no ensino regular, ou nas escolas especializadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo foi possível concluir que a inclusão das pessoas com necessidades especiais é um processo em construção, que envolve, além da aceitação das diferenças, respeito ao próximo e mudança de postura de diferentes instâncias, sejam pedagógicas, políticas ou administrativas, principalmente no que diz respeito aos atendimentos educacionais.

Observou-se que muitas mudanças e melhorias aconteceram durante a história, hoje, os deficientes são tratados com um pouco mais de respeito, mas, a experiência mostra que ainda não é o suficiente. As pessoas com deficiência já possuem alguns direitos constituídos, ou seja, existem muitas Leis e documentos norteadores, tanto a nível nacional, como a nível internacional, que tratam especificamente do atendimento proposto para as pessoas com deficiência.

A atual legislação do país assegura o direito de todos à educação, no entanto, a existência das Leis não é garantia da preservação e consecução dos direitos, e conseqüentemente da inclusão seja educacional, seja social. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) fala de igualdade, respeito, qualidade, e atendimento preferencialmente na rede regular de ensino, o ECA fala dos direitos da criança e do adolescente, e neste contexto, cada um tem sua parcela de responsabilidade, cabe a todos trabalhar para que o deficiente seja realmente atendido na sociedade e na escola.

Educar uma pessoa com necessidades especiais decorrentes de deficiência intelectual é uma experiência nova e um desafio para as escolas regulares e, exige antes de tudo, a credibilidade na capacidade e potencialidade individual de cada um, além de um coletivo escolar que trabalhe no sentido de construir um processo educacional que atenda às diversidades de forma igualitária.

Desta forma, a inclusão escolar, não consiste apenas na efetivação da matrícula na escola regular, não é apenas colocar o deficiente junto com os ditos “normais”, é preciso saber conviver com as diferenças e realizar ações que favoreçam a aprendizagem e os avanços nas reais necessidades. Para tanto, é necessário que se construa e se concretize, práticas de ensino eficaz e que

resultem em crescimento pessoal, viabilizando autonomia e autoestima. Isto só será possível com a efetiva participação dos governos constituídos, dos gestores escolares, dos professores, da comunidade escolar e também, dos pais e dos alunos com deficiência, num processo contínuo de ações e diálogo, onde preocupações e expectativas sejam compartilhadas e iniciativas sejam tomadas priorizando o que realmente é o melhor para o deficiente.

Neste sentido, percebeu-se com este estudo, que cada integrante do coletivo escolar tem sua parcela de trabalho para que a inclusão aconteça:

A participação conjunta da família com as esferas educacionais, num constante diálogo e exposição de valores, direitos e do que realmente faz o filho com deficiência se sentir incluído e participante da vida escolar, será sempre fundamental para que o deficiente sinta-se parte do processo de ensino aprendizagem;

É preciso, pensar na formação e capacitação em serviço dos professores, para que estes possam dar suporte à aprendizagem, trabalhando com estratégias, metodologias e recursos didáticos adequados para cada tipo de deficiência;

A comunidade escolar como um todo, ou seja, alunos, professores, funcionários, equipe gestora, devem estar abertos à aceitação das diferenças, convivendo com o deficiente sem discriminação, livre do preconceito e, sobretudo respeitando suas limitações e o seu tempo de aprendizagem;

Aos gestores e administradores cabe a execução e realização de adaptações curriculares significativas de ordem estrutural, política e financeira;

Os currículos devem ser construídos de acordo com as necessidades e realidades dos alunos.

Enfim, o processo de inclusão está verdadeiramente em construção e depende do interesse de todos, cada um com sua competência, dedicação e versatilidade na atuação de sua prática pedagógica. Faz-se necessário compreender e entender todo este processo, procurando estar a par dos avanços e perspectivas relacionadas à educação da pessoa com deficiência, podendo fazer inferências e opinar sobre os modelos educacionais, sejam novos ou antigos, pois o

que se deve levar em conta é a eficácia.

Desta forma, quero ressaltar que este estudo não se concretiza com esta pesquisa, ou seja, este trabalho de conhecer e lutar por uma inclusão efetiva e verdadeira, ainda se faz necessário permanecer latente, pois, agora, conhecendo um pouco mais sobre esta caminhada, percebe-se que o processo necessita de cuidados, para que, enquanto professores, tentando fazer a coisa certa, não cometamos erros e, com o intuito de incluir não proporcionemos a exclusão, visto que, neste momento histórico, está claro, que não basta colocar os alunos com necessidades especiais no “Ensino Regular” e dizer que isto é inclusão, é preciso que o Sistema Educacional dê apoios e suportes adequados para que esses alunos possam efetivamente avançar em sua aprendizagem e ou em seu desenvolvimento, tanto na escola comum, como, se for necessário, na escola especial.

Neste sentido, termino aqui esta pesquisa, com a certeza de não ter “concluído” o estudo, já que, o processo de inclusão aqui analisado, não está estático e muito menos acabado e, a pesquisa constituiu-se na mostra do caminho à percorrer, num repensar pedagógico sobre as diretrizes que evidenciam a verdadeira inclusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APAE/PR. **Revista Informativo da Federação das Apaes do Paraná**, Edição especial, out. 2011

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade**. A Fundamentação Filosófica. v.1. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, DF: Imprensa Oficial, 1988.

_____. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília, DF: MEC/ CNE/ CEB, 2001a.

_____. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jontiem, Tailândia: UNESCO, 1990.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Imprensa Oficial, 1990b.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN**, nº 9.394/96. Brasília, DF, Senado Federal, 1996.

_____. **Decreto nº 3.956**, de 08 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala, CORDE, 2001.

_____. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: MEC/Secretaria de Educação Especial, 2008.

CARMO, A. A. (2000). **Inclusão escolar: roupa nova em corpo velho**. Integração, Brasília, 13 (23), p.43-48, 2000.

CARVALHO, E. N. S. de; CARVALHO, R. E.; COSTA, M. C. (Orgs.). **Política de atenção integral e integrada para as pessoas com deficiência intelectual e múltipla**. Brasília: Federação Nacional das Apaes, 2011.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. 4. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva. Col. Estudos . Trad. José Teixeira Coelho Neto, 1987.

FONSECA, Vítor da – **Educação Especial: Programa de Estimulação**

Especial-Uma Introdução às Idéia de Feuerstein, 2ª Edição Revista e Aumentada, Editora Artes Médicas, Porto Alegre, 1995.

LANCILLOTTI, S. S. P. **Deficiência e trabalho redimensionando singular no contexto universal**. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2003.

MACHADO, L. M.; LABEGALINI, A. C. F. B. **A educação inclusiva na legislação de ensino**. Marília: Edições M3T Tecnologia e Educação, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon. Editora Senac, 1997.

_____. Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

PARANÁ, Conselho Estadual de Educação. **Deliberação n.º 02/2003**. Disponível: <http://www.cascavel.pr.gov.br/appis/legislacao/le02deliberacao.htm>. Acesso em 02/11/08.

PESSOTTI, Isaias. **Deficiência Mental: da Superstição à Ciência**. São Paulo: Queroz/EDUSP. 1984.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiza. **Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI**. in *Inclusão: Revista Da Educação Especial*. Brasília. v. 1, n. 1, p. 7-18, 2005.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 5 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

STAINBACK, Susan & STAINBACK, Willian. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SEED. Secretaria de Educação. **De qual política de inclusão educacional estamos falando?** Inclusão escolar e o atendimento a diversidade. Departamento de Educação Especial, Paraná, 2005.